CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Plenário		
Reunião: 71ª Ordinária	**Sessão legislativa:** 2ª	**Legislatura:** 20ª
Data: 1º/9/26		
Local: Plenário Prefeito Amintas de Barros		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

PEQUENO EXPEDIENTE

ABERTURA
Horário: 15 horas

Sob a presidência do vereador Professor Juliano Lopes e sendo secretário o vereador Osvaldo Lopes, havendo quórum, o presidente abriu a reunião.

Após a leitura, pela vereadora Professora Marli, de um versículo das escrituras sagradas, o presidente pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”.

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação das atas da 69ª Reunião Ordinária e da 4ª Reunião Extraordinária, realizadas em 13 e 21/8/26, respectivamente.

Foi apresentada impugnação de ata pela vereadora Juhlia Santos. O secretário deferiu a impugnação da Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 21/8/26.

O presidente determinou que se constasse a retificação solicitada na respectiva ata, que foi dada como aprovada.

ORDEM DO DIA

PRIMEIRA PARTE
Horário de início: 15h6min

O vereador DR. BRUNO PEDRALVA fez uso do tempo destinado a liderança de bancada/bloco. Solicitou máxima agilidade na aprovação do projeto de lei que trata do reajuste dos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Disse que o governo, de forma equivocada, incluiu no projeto duas questões que não haviam sido negociadas com as entidades sindicais. Informou que, na manhã anterior, se reuniu com o secretário de Governo, Guilherme Daltro, e com as entidades sindicais, ocasião em que o secretário reconheceu os entraves e assumiu o compromisso de retirar do projeto os dispositivos relacionados à Previdência. Pediu às comissões de Legislação e Justiça, de Orçamento e Finanças Públicas e de Administração Pública e Segurança Pública que convocassem reuniões extraordinárias para pautar a apreciação do projeto com a maior brevidade possível. Destacou que o projeto deveria ser sancionado até o dia 12 deste mês, para que o reajuste pudesse ser pago em outubro. Destacou que as negociações haviam sido concluídas em junho e declarou que é inadmissível que o projeto ainda não tivesse sido aprovado. Solicitou às secretarias de Governo e de Gestão de Pessoas que providenciem o pagamento dos professores que participaram da greve, tiveram os respectivos valores descontados de seus contracheques e repuseram em julho.

EM TURNO ÚNICO: VETO: 1) Projeto de Lei nº 243/25 - Veto Parcial à Proposição de Lei nº 121/26 - “Altera a Lei n° 11.751/24, que ‘Institui a Política Municipal do Cuidado”. Autoria: Arruda, Cleiton Xavier, Dra. Michelly Siqueira, Flávia Borja, Irlan Melo, José Ferreira, Lucas Ganem, Maninho Félix, Marilda Portela, Professora Marli e Wanderley Porto.

O vereador Arruda usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 39 parlamentares, sendo 39 votos SIM. Mantido o veto.

2) Projeto de Lei nº 761/26 - Veto Total à Proposição de Lei nº 129/26 - “Dá o nome de Moacir Gomes da Silva à Rua 934, no Bairro Betânia”. Autoria: Diego Sanches.

O vereador Diego Sanches usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 37 parlamentares, sendo 32 votos SIM e 5 votos NÃO. Mantido o veto.

EM SEGUNDO TURNO: 3) Projeto de Lei nº 689/26 - “Dá nova redação a Lei n° 10.832, de 17 de julho de 2015, que ‘Autoriza a concessão de isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - aos imóveis pertencentes a associações profissionais de magistrados não organizadas na forma de sindicato e que tenham sido declaradas de utilidade pública pelo Município’, dando nova redação ao artigo 1º”. Autoria: Cleiton Xavier.

O vereador Diego Sanches usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 35 parlamentares, sendo 35 votos SIM. Aprovado o projeto.

4) Projeto de Lei nº 266/25 - “Institui o Programa de Cooperação Municipal para Promoção da Equidade Salarial no âmbito do município de Belo Horizonte”. Autoria: Iza Lourença, Cida Falabella, Juhlia Santos e Luiza Dulci.

A vereadora Iza Lourença discutiu o projeto.

Passou-se à votação da Subemenda nº 1 ao Substitutivo nº 2.

O vereador Uner Augusto usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 35 parlamentares, sendo 31 votos SIM e 4 votos NÃO. Aprovada a Subemenda nº 1 ao Substitutivo nº 2.

Passou-se à votação da Subemenda nº 2 ao Substitutivo nº 2.

O vereador Uner Augusto usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 37 parlamentares, sendo 32 votos SIM e 5 votos NÃO. Aprovada a Subemenda nº 2 ao Substitutivo nº 2.

Passou-se à votação da Subemenda nº 3 ao Substitutivo nº 2.

O vereador Uner Augusto usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 37 parlamentares, sendo 31 votos SIM e 6 votos NÃO. Aprovada a Subemenda nº 3 ao Substitutivo nº 2.

Passou-se à votação do Substitutivo nº 2.

O vereador Diego Sanches usou a palavra para encaminhamento de votação.

Votaram 37 parlamentares, sendo 37 votos SIM. Aprovado o Substitutivo nº 2, ficando prejudicados o projeto e a Emenda nº 1.

5) Projeto de Lei nº 167/25 - “Institui o ano de 2027 como o Ano Municipal de Conscientização sobre o Acesso ao Leite Materno em Belo Horizonte”. Autoria: Neném da Farmácia.

EM TURNO ÚNICO: 5.1) Requerimento nº 740/26 - “Preferência para: Emenda 2 ao Projeto de Lei 167/2025”. Autoria: Bruno Miranda.

Deferido

O vereador Neném da Farmácia discutiu o projeto.

Passou-se à votação do Substitutivo nº 2.

Votaram 36 parlamentares, sendo 34 votos SIM, 1 voto NÃO e 1 ABSTENÇÃO. Aprovado o Substitutivo nº 2, ficando prejudicados o projeto e o Substitutivo nº 1.

TRANSFERÊNCIAS E ANÚNCIOS

Foi anunciada para a 73ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 3/9/26, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 4/26.

GRANDE EXPEDIENTE
Horário de início: 15h35min

PRONUNCIAMENTOS SOBRE ASSUNTOS RELEVANTES

Fizeram uso da palavra os vereadores:

1) WANDERLEY PORTO: disse que considera um absurdo a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa - ter interrompido o abastecimento de água em algumas regiões da cidade em um domingo de calor e anunciado que o serviço seria restabelecido apenas na quinta-feira. Informou que registrou uma representação contra a Copasa no Ministério Público de Minas Gerais - MPMG. Expôs que algumas residências já haviam começado a receber água, mas que ainda havia diversos bairros sem abastecimento naquele momento. Afirmou que cobrará providências e denunciará a situação, que classificou como vergonhosa. Acrescentou que a Copasa também vem causando transtornos com a execução de obras que deixam diversos buracos nas vias da cidade, sem o posterior recapeamento.

2) VILE SANTOS: disse que sua residência estava há três dias sem abastecimento de água e registrou sua indignação com a Copasa. Informou que, naquele dia, surgiram informações que comprometiam o ministro do Supremo Tribunal Federal - STF - Alexandre de Moraes. Expôs que o ministro Alexandre de Moraes teria atuado na elaboração de contratos de sua esposa com o Banco Master

e que o banco teria realizado pagamentos a ele por atividades de *lobby*. Relatou que, após a divulgação de mensagens, teria sido revelado um questionamento de Daniel Vorcaro a Alexandre de Moraes sobre o melhor momento para deixar o País. Afirmou que considera grave a possibilidade de uma pessoa presa ter solicitado a um ministro do STF orientação sobre o momento adequado para fuga. Defendeu que o ministro Alexandre de Moraes seja afastado do STF. Disse que não concorda com a atuação do ministro Alexandre de Moraes nas eleições de 2022, situação que teria contribuído para entregar o Brasil a um grupo de criminosos. Destacou que faria o possível para retirá-lo do cargo.

O vereador Uner Augusto assumiu a presidência.

3) IRLAN MELO: disse que vinha, há muito tempo, denunciando abusos e arbitrariedades cometidos no STF. Expôs que o vazamento de mensagens do celular de Daniel Vorcaro, envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, reforça a existência dessas arbitrariedades. Criticou a atuação dos ministros do STF e disse que eles estariam julgando como políticos, e não como magistrados. Afirmou que não há segurança jurídica no Brasil e que isso desestimula investimentos no País, uma vez que não haveria jurisprudência consolidada, mas um Poder Judiciário tentando usurpar as atribuições dos demais Poderes. Registrou que, em uma República verdadeiramente democrática, vários ministros já deveriam ter deixado o Poder Judiciário. Defendeu que é necessário moralizar o País e promover mudanças por meio das eleições.

4) PROFESSOR JULIANO LOPES: disse que havia conversado, naquele dia, por telefone, com a presidenta da Copasa e questionado sobre a falta de água em diversas regiões de Belo Horizonte. Afirmou que a estrutura da Copasa ainda é

arcaica e anterior à privatização. Disse que sempre foi favorável à privatização da empresa, uma vez que ela vinha prestando um serviço de baixa qualidade havia bastante tempo. Informou que a presidenta da Copasa disse que o abastecimento de água seria restabelecido naquela tarde na Região Barreiro. Disse que acompanhará a situação de forma contínua, pois diversas comunidades e alguns hospitais ainda estavam sem água. Manifestou que tinha a expectativa de que a Copasa apresentasse melhorias na prestação dos serviços após a privatização.

5) BRAULIO LARA: declarou lamentar a falta de água, especialmente no Bairro Buritis e em regiões adjacentes. Disse que considera vergonhosa a situação. Reconheceu que o problema foi causado pelo rompimento de uma adutora, mas que o episódio evidencia falhas de planejamento e de atuação do Poder Executivo. Informou que acabara de sair do gabinete da presidência da Copasa, onde havia solicitado a adoção urgente de medidas para solucionar o problema. Destacou que escolas, hospitais, residências e postos de saúde estavam sem água em decorrência de uma falha de planejamento relacionada ao rompimento da adutora. Pediu à PBH que desse atenção especial às áreas onde estão instaladas adutoras na cidade.

6) PABLO ALMEIDA: disse que há, no STF, um ministro que atua de forma correta, busca a justiça e luta pelo combate à criminalidade no País, o ministro André Mendonça. Afirmou que o ministro Alexandre de Moraes estaria envolvido no escândalo relacionado ao Banco Master. Informou que a Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - havia declarado o ministro Alexandre de Moraes *persona non grata* na cidade, em decorrência de moção de sua autoria.

O vereador IRLAN MELO fez uso do tempo para explicação pessoal.

O vereador BRAULIO LARA fez uso do tempo destinado a liderança de bancada/bloco. Disse que o STF vem sendo palco de situações que considera graves, como a suposta relação do ministro Alexandre de Moraes com o caso que envolve o Banco Master. Afirmou que diversas ilegalidades estariam sendo normalizadas e que isso representaria desrespeito ao cidadão brasileiro. Disse que este seria o ano da mudança e defendeu que o País seja transformado por meio das eleições. Disse que o País não possui segurança jurídica e que os ministros do STF não respeitam a Constituição Federal de 1988.

ENCERRAMENTO
Horário: 15h58min
40 Parlamentares presentes ao longo da reunião: Arruda, Braulio Lara, Cláudio do Mundo Novo, Cleiton Xavier, Diego Sanches, Dr. Bruno Pedralva, Dra. Michelly Siqueira, Edmar Branco, Fernanda Pereira Altoé, Flávia Borja, Helinho da Farmácia, Helton Junior, Irlan Melo, Iza Lourença, Janaina Cardoso, José Ferreira, Juhlia Santos, Juninho Los Hermanos, Leonardo Ângelo, Loíde Gonçalves, Lucas Ganem, Luiza Dulci, Maninho Félix, Marilda Portela, Neném da Farmácia, Osvaldo Lopes, Pablo Almeida, Pedro Patrus, Pedro Rousseff, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Professora Nara, Rudson Paixão, Sargento Jalyson, Tileléo, Trópia, Uner Augusto, Vile Santos, Wagner Ferreira, Wanderley Porto

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que, após aprovada, será assinada pela presidenta ou pelo presidente e pela secretária ou pelo secretário da reunião em que for comunicada sua aprovação.

Presidenta/Presidente: .....

Secretária/Secretário: .....….